

## A ESPADA DA LEI: O GENERAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT E O CONTRA-GOLPE DE 1955

Karla Guilherme Carloni.

(Mestranda em História – Universidade Federal Fluminense)

O presente trabalho é um resumo das pesquisas realizadas para confecção do trabalho de conclusão da graduação e construção do projeto para ingresso no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. E o texto pretende apresentar o contra-golpe militar liderado pelo gal. Henrique Teixeira Lott, no ano de 1955, como movimento que liberou tendências nacionalistas dentro das Forças Armadas, evidenciando uma oposição, entre os militares, que perduraria até o golpe de 1964. Além disso, o mesmo acontecimento possibilitou, através da unificação do grupo sob a liderança do general, a aproximação de partidos de esquerda, principalmente o PTB e PCB, aos meios militares, tendo como elemento aglutinador a defesa dos ideais nacionalistas. O objeto privilegiado de análise é a própria figura do general Lott e seu posicionamento mediante aos acontecimentos políticos-militares por ele liderado, o que por sua vez, possibilita um maior entendimento dos grupos por ele representado.

A década de 1950, no Brasil, foi marcada política e socialmente pela disputa de projetos de desenvolvimento nacional. De um lado, havia um grupo que congregava getulistas, trabalhistas, comunistas, e outros grupos de esquerda que se identificavam pela defesa de uma política econômica nacionalista; de outro lado, o grupo partidário do conservadorismo político e da proposta de alinhamento econômico do Brasil aos Estados Unidos. O embate envolveu grande parte dos segmentos sociais, inclusive as Forças Armadas, que durante o governo Vargas havia se tornado importante ator na política nacional<sup>1</sup>.

Neste contexto a presença militar era solicitada principalmente por setores da União Democrática Nacional (UDN), com o objetivo de permitir o fortalecimento das forças que se opunham ao crescente sucesso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em aliança com a esquerda. *“O PTB, com sua feição getulista, nacionalista e sindical, era o partido mais visado pelos setores conservadores, em função do seu trato fácil com os comunistas”*<sup>2</sup>.

No ano de 1955, sobretudo de agosto a novembro, a política nacional foi marcada por uma radicalização da oposição. Com Café Filho no poder, na eleição presidencial de 3 outubro, o debate nacionalista ganhou vigor através da acirrada luta entre os dois projetos de desenvolvimento, estabelecidos em torno do legado de Vargas. A vitória foi da coligação PSD e PTB, com Juscelino Kubitschek e João Goulart, candidatos respectivamente à presidente e vice-presidente da República, identificados com as propostas nacionalistas do trabalhismo. Saindo derrotado o candidato da Frente de Renovação Nacional, general Juarez Távora, coligação que reuniu, sob a liderança da UDN, o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido

Libertador, e que respondeu a derrota com a radicalização política. Definida as eleições a UDN mobilizou-se na campanha pela ilegitimidade dos resultados, tendo a sua ala mais radical, ligada ao jornalista Carlos Lacerda, encampado a idéia de rompimento institucional através de golpe militar.

A luta se fez presente dentro das Forças Armadas. Duas facções estavam em disputa: os que apoiavam a medida interventora das Forças Armadas, em sua maioria oficiais de alta patente, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, e os defensores da legalidade, oficiais do Exército e praças das três forças, com destaque para os sargentos da Aeronáutica<sup>3</sup>.

A cúpula militar do governo de Café Filho tinha sido formada por figuras adversárias de Vargas, como o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica; o almirante Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha; general Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Praticamente a única exceção era o ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, aparentemente ligado a nenhuma das duas alas rivais das Forças Armadas.

E foi sob a liderança do general Lott que a facção militar, identificada com as teses que aludiam a soberania nacional, a democracia e a legalidade saiu vitoriosa na disputa. O “*Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes*”<sup>4</sup>, em 11 de novembro de 1955, conhecido na historiografia como “Novembrada”, impediu a tentativa de golpe desencadeada por militares e políticos conservadores e pelo próprio presidente da República, Carlos Luz (presidente da Câmara de Deputados e substituto de Café Filho, afastado da presidência, em 3 de novembro de 1955, por motivos de saúde).

Um dos motivos alegados para a tentativa de invalidação das eleições e a medida radical de estabelecimento de um golpe militar, patrocinado por setores udenistas, foi o apoio dos comunistas a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em 18 de abril, durante a convenção nacional do PTB que aprovou oficialmente a candidatura de Juscelino e Jango, foi lida uma carta de Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista do Brasil (PCB), segundo D’Araújo, na qual havia uma proposta de aliar trabalhistas e comunistas nas eleições presidenciais. Já em 11 de agosto o diário comunista *Imprensa Popular* publicou em sua primeira página o *Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil*. O documento conclamava a população a se unir “*para impedir (...) a implantação de uma ditadura militar fascista*” no Brasil e apoiar as candidaturas de Juscelino e Jango.<sup>5</sup>

Contudo, o estopim para o desencadeamento do golpe militar, foi o “Caso Mamede”. Em 1º de novembro, já tendo saído o resultado da eleição presidencial, na ocasião do enterro do general Canrobert Pereira, o coronel Jurandir Bizarria Mamede, subordinado à Escola Superior de Guerra (ESG) e reconhecidamente destacado integrante da corrente udenista das Forças Armadas, em discurso não oficial, elogiou Canrobert por ter liderado o movimento contra Vargas em 1945 e

atacou os políticos que se beneficiavam do momento de “pseudo-legalidade”. Fez referência a tese de maioria absoluta, defendida por alguns na tentativa de deslegitimar os resultados das urnas e fez crítica as tentativas de validação do voto do analfabeto, apoiada pelo general Lott.<sup>6</sup>

A hierarquia dentro do Exército estava quebrada. Um coronel rompia com a ordem hierárquica manifestando-se politicamente em público, situação inaceitável dentro da ordem militar. O ministro da Guerra, indignado pela insubordinação do militar, decidiu cobrar devida punição para o coronel Mamede ao presidente em exercício. Pois Mamede, mesmo pertencente ao Exército, lecionava na ESG, que estava ligada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que por sua vez estava subordinada diretamente a presidência da República.

Lott entrou em contato com Carlos Luz cobrando uma medida, em prol da manutenção da hierarquia dentro das Forças Armadas e para se evitar agitações populares. Porém, foi informado que Mamede não seria punido. Contrariado em sua decisão de punição do coronel, Lott disponibilizou o seu cargo de Ministro da Guerra, pedindo exoneração ao presidente. O pedido foi imediatamente aceito, sendo o general informado que seu substituto já se encontrava no local da reunião. Era o general Álvaro Fiúza de Castro, primeiro signatário do manifesto dos generais de agosto de 1954, que exigiu o afastamento de Vargas. Nesta ocasião ficou claro para Lott a orquestração de um movimento para lhe tirar o cargo de ministro, o que ocasionava no domínio por completo da cúpula militar por militares udenistas favoráveis ao golpe institucional.

A demissão de Lott provocou intensa atividade nos círculos militares e políticos ligados a Juscelino. Dada a situação, na mesma noite, o general Lott foi procurado por militares, para a deflagração de um movimento contra-golpista. Recusando-se inicialmente a intervir na política nacional, Lott aceitou o pedido de seus colegas e, na mesma noite de sua demissão, pôs em prática, juntamente a outros militares, principalmente oficiais do Exército, a ação de tomada de poder e garantia de sua manutenção por via legal e democrática.

Assim, emergia politicamente a figura do ministro da Guerra: “(...) *que, apesar de ter assinado um manifesto em 1954 pela deposição de Vargas, aparecia, em novembro de 1955, como o baluarte maior da campanha civil e militar pela legalidade. Isto posto, foi quase ato contínuo transformar o anódino Lott em símbolo da soberania nacional. Este fato torna-se importante na medida em que o PTB soube utiliza-lo para ganhar terrenos nos círculos militares*”.<sup>7</sup>

Com a ação militar Lott objetivou a manutenção da hierarquia no Exército e, principalmente, a defesa da legalidade constitucional, através da indicação, de comum acordo com os parlamentares do PSD e PTB, de Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, para substituir Carlos Luz, garantindo, assim, a posse, em janeiro de 1956, de Kubitscheck e Goulart. Neste momento a ação da facção militar legalista pôs em evidência no cenário nacional atores políticos que antes estavam silenciados dentro da hierarquia militar. Denominados por José Murilo de Carvalho como

“nacionalistas de esquerda”<sup>8</sup>, este grupo congregava elementos heterogêneos, mas pode ser identificado pelo apoio ao projeto político nacionalista e pelo não anticomunismo, que segundo o mesmo autor, não estava presente e até mesmo foi refutado entre muitos militares deste grupo.

A “Novembrada” também pode ser considerada como marco inicial da aproximação direta entre grupos militares e a esquerda política e ponto culminante da cisão entre as Forças Armadas. O símbolo da união militar com a esquerda foi a instituição, em março de 1956, da Frente de Novembro<sup>9</sup>, que se constituiu em uma “*organização integrada por militares, dirigentes petebistas, sindicalistas e comunistas. Visando dar um conteúdo político ao movimento 11 de novembro de 1955*”<sup>10</sup>. O general Lott despontou como figura central do movimento, que teve como presidente de honra nada menos que o herdeiro de Vargas, João Goulart.

A Frente de Novembro conclamava a união de trabalhadores e militares em uma organização popular e nacionalista, entre as suas principais reivindicações, a curto prazo, estavam: a reforma agrária, o combate à especulação, a democratização do crédito, a nacionalização das riquezas básicas do país e a reforma da Constituição<sup>11</sup>.

Embora irredutivelmente anticomunista, Lott pode ser encarado como representante dos diversos grupos militares que não se identificavam com o intervencionismo tutelar e com a política econômica liberal. Assim, surgia a figura do general como expoente da democracia e da soberania nacional, e meio de aproximação das esquerdas políticas aos militares, com destaque para o PTB. O partido “*procurou, a partir de então, estabelecer uma relação direta entre a postura da facção militar nacionalista e o trabalhismo petebista*”<sup>12</sup>.

Com isso, em oposição à ideologia do general Góis Monteiro preconizava um Exército forte e unificado e livre de disputas internas, fazia-se política dentro do Exército<sup>13</sup>. Iniciava-se publicamente a construção de uma auto-imagem positiva do grupo legalista em detrimento de uma imagem negativa do grupo que preconizou o golpe. Os que se alinharam a Lott e a Frente de Novembro se auto-denominavam representantes do “Exército democrático” composto pelo “soldado trabalhador”, em contraposição ao Exército dos “gorilas” e “entreguistas”<sup>14</sup>.

A ala nacionalista do Exército criava a sua auto-imagem remetendo-a ao mundo do trabalho e da legalidade, onde cabia aos militares defender a Nação e prezar por sua unidade. Um ano após o contra-golpe, foi realizado um comício em frente ao ministério do Exército, em comemoração ao aniversário do movimento e em homenagem ao general Lott. A manifestação reuniu cerca de quinze mil pessoas e mostrou a multiplicidade de militares identificados com a Frente. Na homenagem prestada ao general, o coronel Nemo Canabarro Lucas, líder da Frente de Novembro, declarou à imprensa que o Exército estava dividido em dois grupos: “*um democrata e nacionalista, expresso nas forças vitoriosas do 11 de Novembro, e outro conservador e reacionário. [E que] o*

*conflito só terminaria com o ‘aniquilamento do inimigo’, e cabia aos democratas armar os trabalhadores contra as forças da reação”<sup>15</sup>.*

O general Lott declarou-se desinteressado pelos assuntos políticos e que sua ação estava de acordo com sua orientação cristã e democrática, tal como era o povo brasileiro. Qualificou a Frente de Novembro como uma organização apartidária que unia cidadãos das mais variadas classes sociais em torno de um ideário comum, que visava o fortalecimento das instituições democráticas através da legalidade, melhoria das condições de vida dos trabalhadores afastando, assim, estes dos comunistas.<sup>16</sup>

Na primeira entrevista, após o contra golpe, concedida à imprensa <sup>17</sup>, percebemos que a descrição feita por Lott dos acontecimentos e a interpretação dada a eles, remetem a um posicionamento de que o general não tinha nenhum comprometimento político e seu papel foi unicamente o de estabelecer e manter a ordem democrática.

Neste sentido, por em prática a ação contra-golpista, segundo o general, foi fruto de um “drama de consciência” pois, até então, estava convencido de que deveria se manter nos “limites da legalidade”, mesmo dentro do quadro de conspiração evidente. Contudo, para Lott, a legalidade estava “*ferida de morte, e sem possibilidade de uma defesa imediata e eficiente*”.

Porém, a decisão “em cima da hora” não foi problema, pois segundo depoimento do general, ele “*tinha sido mais previdente do que se poderia supor*”. Lott, desde julho de 1955, tinha dado ordens ao seu subordinado direto, general Denys, que elaborasse junto a seus oficiais de confiança planos para uma eventual necessidade de mobilização instantânea da Zona Militar Leste. Assim, quando foram afirmadas pelo PSD e PTB as candidaturas de Juscelino e Goulart e a oposição se mostrou clara nos meios militares e civis, Lott “previu” que em momentos futuros a legalidade poderia sofrer tentativas de subversão.

Portanto, o general que afirmou “drama de consciência” para agir, pois sua “paixão pela legalidade” o forçava a não tomar medidas de caráter interventor na ordem política é o mesmo que assume ter dado meses antes ordens ao general Denys para montar planos de ação, caso fosse necessário defender a democracia. Essa aparente contradição talvez possa ser explicada se resgatarmos as influências ideológicas que o general Lott sofreu durante a sua formação como militar.

Para uma análise das Forças Armadas é importante retermos a noção do meio social que ela produz para um indivíduo. A instituição militar não pode ser encarada como mero reflexo ou representante de um determinado segmento social. O Exército tem que ser estudado e entendido como instituição dentro de uma sociedade e contexto histórico específicos, o que não invalida a necessidade de se entender a organização dentro de sua própria lógica e tendo grande grau de independência em relação ao externo. Como afirma José Murilo de Carvalho:

*“A sociologia tem mostrado exhaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vidas próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares, que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de ‘instituições totais’. Estas instituições pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta o seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior”<sup>18</sup>.*

Nesta perspectiva me deterei na análise da ideologia organizacional da instituição, dentro dos quadros da Primeira República, pois, é onde se consolidou, em grande parte, a formação militar do general Lott e de outros militares de sua época.

Assim, resgatar a trajetória militar do general tem como objetivo entender as possíveis influências ideológicas que ele teve durante os anos de sua formação, que se iniciou aos 10 anos de idade no Colégio Militar (RJ) e, em de 1911, na Escola Militar em Realengo. Os alunos da escola sofreram influência direta durante a sua formação de duas correntes ideológicas que serviram de base para a construção do Exército brasileiro no século XX.

A primeira corrente é devida a influência da organização militar alemã difundida através dos “jovens turcos”, jovens oficiais que fizeram parte das três turmas<sup>19</sup> enviadas a Alemanha para servirem arregimentados no exército alemão, sendo o último grupo o fundador da revista *Defesa Nacional*. A influência dos turcos foi gradualmente penetrando nas ordens militares afirmando que o papel do Exército se limitava a defesa da nação e não cabia intervir na política nacional e tão menos se envolver em questões partidárias.

No ano de 1920 a ideologia dos jovens turcos veio a ser reforçada pela chegada da Missão Francesa. Esta teve efeitos profundos em toda a organização do Exército, principalmente na formação dos oficiais do Estado-Maior do Exército, na qual Lott ingressou em 1925, que até então, segundo José Murilo de Carvalho, “não exercera sua verdadeira função de formulador, dentro do exército, da política de defesa nacional”<sup>20</sup>. A Missão Francesa possibilitou a implementação da noção moderna de defesa nacional, que começou a ser difundida pelos jovens turcos e que incluía a mobilização de recursos humanos, econômicos e técnicos. Construía-se, assim, a idéia (colocada em prática) de um Exército forte e centralizado, que impossibilitava a quebra de hierarquia e, portanto, convulsões internas, tendo por fim a defesa da nação e não envolvimento em questões políticas internas. Estas influências formaram um modelo ideológico dentro do Exército que, segundo José Murilo de Carvalho, podemos chamar de “soldado-profissional”<sup>21</sup>: *“Era o modelo que se desenvolvera nas democracias liberais: à medida que se afirmava a hegemonia burguesa, o Exército podia, e devia, dedicar-se primordialmente à defesa externa (...) posição de muitos oficiais, certamente dos que haviam se recusado a aderir á revolução [Revolução de 1930]”<sup>22</sup>*

Outro modelo ideológico que começou a se desenvolver ainda nos anos da Primeira República e teve sua sistematização com Góis Monteiro, durante o Estado Novo, foi o que podemos chamar de “soldado-corporação, ou a intervenção ‘moderadora’”<sup>23</sup>. Esta ideologia propunha um exército aparelhado para a sua função conservadora e estabilizadora da sociedade, pronto para intervir e corrigir as perturbações internas típicas das sociedades modernas. Uma intervenção “reguladora” ou “moderadora” orientada pela cúpula militar que seria o Estado-Maior. Esse modelo: “(...) *era um híbrido típico de países em que, por razões históricas, o oficialato não se ligava às classes dominantes, e a instabilidade política permitia, e quase exigia, a intervenção dos militares na política interna. No Brasil, esta concepção surgiu com os positivistas ao final do século XIX e ampliou-se com o tenentismo da década de 20.*”<sup>24</sup>

Por fim, uma última ideologia que podemos identificar na Primeira República, é a do “soldado-cidadão, ou a intervenção reformista”<sup>25</sup>. A ideologia do “soldado cidadão” começou a ser desenvolvida ainda no Império durante a Questão Militar, podendo ser detectada entre os militares mais radicais, oficiais e praças, que afirmavam o potencial do militar, não só o de cúpula, como agente transformador e reformador da realidade social. Em sua forma mais extremada, refletiu a influência do PCB, que na década de 1930 teve crescente prestígio no Exército, pregando o “Exército como vanguarda do povo e instrumento claro da luta de classes”<sup>26</sup>

A partir deste esclarecimento, podemos perceber as ideologias que permearam a formação profissional-militar do general. Cursara a Escola Militar de Realengo e a Escola de Estado-Maior do Exército implicou em contato direto com as influências da Missão Francesa e dos “jovens turcos”, o que podemos perceber claramente em sua fala quando prega que o papel do Exército não é o de intervir na política interna do país. Lott em outras entrevistas em jornais como *Correio da Manhã*, definiu-se sempre como o “soldado profissional” acima das disputas partidárias. Mas se o discurso remete à ideologia do “soldado profissional”, contudo a ação do general, mesmo a contra gosto, quebrou as regras e a hierarquia militar (o general estava subordinado ao chefe do Executivo). Essa constatação somada ao fato de possuir planos de ação interventora, formulados com antecedência, porém, nos leva por outro caminho.

A ação do general, por mais que tenha sido em nome da legalidade, foi uma ação interventora e de cúpula, ela foi posta em ação por oficiais de comando do Exército na intenção de intervir na política. Essa idéia nos remete á ideologia da “intervenção moderadora”, que afirmava a necessidade do Exército como meio de manutenção e intervenção na sociedade civil a fim de manter a ordem estabelecida. Sobre esse aspecto podemos perceber a aproximação ideológica de Lott e do grupo militar que ele representou, com os próprios militares que propunham a instauração de um golpe militar. Ambos visavam a manutenção da ordem com a intervenção.

Portanto, Lott e os militares por ele liderado podem ser encarados como um híbrido entre a ideologia do “soldado profissional” e do “intervencionismo moderador”, pois pregavam o respeito à lei, mas agiam se algo a ameaçasse (mesmo sendo o próprio presidente da República). Esses militares tiveram suas formações militares influenciadas principalmente por essas duas correntes. Podemos, inclusive, encontrarmos elementos do modelo “soldado-cidadão”, nos atos de intervenção, na idéia afirmada por essa ideologia de que as Forças Armadas deveria obedecer “nos limites da lei”, dando a faculdade do militar decidir ou não a acatar as ordens das autoridades governamentais<sup>27</sup>.

Podemos, então, entender a fala do general Lott e sua ação como um militar que sofreu influências ideológicas internas a sua organização. O general por mais que possa ter se afirmado como um “militar profissional” sua ação não esconde que ele compactuou, levando em consideração as devidas diferenças, com a “ideologia da intervenção” militar no Estado, mesmo que sendo no “caso extremo” de defesa da legalidade.

Feita a análise das ideologias que influenciaram a formação militar do general e da memória por ele construída, é necessário entender como grupos de variados matizes político-ideológicos se viram representados por Lott durante o contra-golpe e com a criação da “Frente de Novembro”, através do resgate de quais eram os elementos de congregação destes grupos entre si e em relação ao general.

José Murilo de Carvalho, como já referido anteriormente, em sua tipologia para as facções militares da década de 1950, nomeia este grupo, contrário à intervenção e simpático ao nacionalismo, como “nacionalista de esquerda”<sup>28</sup>. Definido, pelo autor, por seu caráter nacionalista e por não fazer oposição ao comunismo, havendo até mesmo simpatizantes desta corrente político-ideológica no grupo. Contudo, se analisarmos a composição da “Frente de Novembro” esta era composta por elementos heterogêneos que não necessariamente tinham simpatia ou vínculos com o comunismo: eram sindicalistas, políticos trabalhistas, civis, militares, tanto oficiais como praças, e inclusive comunistas, e que elegeram um anticomunista declarado como representante. Assim, creio não ser a simpatia ou filiação ao comunismo o principal fator de agregação do grupo.

Já o nacionalismo, o principal conceito de entendimento do grupo, deve ser problematizado em seu caráter universalista. Será que nacionalismo teria o mesmo significado para os vários segmentos políticos e militares envolvidos na Frente de Novembro?

O nacionalismo era uma categoria presente na mentalidade de alguns setores sociais e políticos na década de 1950, que visavam a construção de uma democracia social através de uma ordem política e econômica emancipada nos quadros do contexto internacional. Contudo, a perspectiva reformista reunia nacionalistas de matizes variados em defesa de reformas sociais, como afirma Lucília Neves:

*“O nacionalismo no decorrer da década de 50, tornou-se tema destacado nos debates parlamentares e na sociedade civil. (...) Para significativos setores da sociedade brasileira a adoção de uma política econômica nacionalista apresentava-se como solução salvadora para o capitalismo brasileiro e como um instrumento efetivo capaz de levar o país a superar o estágio de subdesenvolvimento. Empresários, operários e políticos filiados a diferentes partidos políticos, como o PTB, o PSD, o PCB e a própria UDN, comungavam uma convicção nacionalista-desenvolvimentista, na esperança de que a nação brasileira pudesse caminhar com suas próprias pernas em direção à industrialização efetiva de sua economia”.*<sup>29</sup>

A década de 1950, portanto, foi marcada pela construção de um imaginário social onde progresso e desenvolvimento estariam atrelados ao reformismo e ao nacionalismo na construção de uma nova realidade econômico-social<sup>30</sup>.

Porém, se o ponto comum de união de diferentes grupos durante a década de 1950, a exemplo da Frente de Novembro, foi um projeto nacionalista, que defendia a economia nacional e reformas sociais, o objetivo final não era o mesmo.

Por exemplo, partidários do comunismo, mesmo que por vias da reforma, devido a sua própria ideologia entendiam a luta nacionalista como um meio para se chegar a uma sociedade igualitária, dentro dos moldes do pensamento socialista. Já em relação aos militares não comunistas, como o general Lott, podemos afirmar que viam as reformas sociais como um meio de estabelecer maior igualdade e com isso afastar os trabalhadores do próprio comunismo.

Relembrando a já citada fala do general sobre o papel da Frente de Novembro e, segundo Jorge Ferreira: *“(...) a Frente procurava também melhorar as condições de vida dos trabalhadores, afastando-os, assim, dos comunistas, os inimigos das instituições democráticas”*<sup>31</sup>.

Assim, ao pregarem reformas sociais alguns grupos defensores do nacionalismo, tinham como uma de suas preocupações a ameaça (concreta ou imaginária) que era o pensamento comunista nos meios populares. Nesta lógica era necessário evitar a radicalização do sistema liberal, que não era bem visto em sua “forma clássica”, pois gerava indisposição social, e ao mesmo tempo evitar o malefício que era a adesão, conseqüente muitas das vezes de um sistema liberal opressor, das camadas populares ao comunismo.

A partir desta perspectiva, o general Lott, como outros militares da década de 1950, podem ser entendidos no que Stackelberg, ao estudar correntes políticas-ideológicas surgidas na Europa em resposta à Revolução Francesa, chama de “nacionalismo conservador”, uma perspectiva nacionalista que se opõe ao radicalismo do liberalismo e do socialismo:

*“Os nacionalistas conservadores acusavam os liberais de dar prioridade aos motivos particulares do lucro e dos direitos individuais, em detrimento dos interesses da nação. Os socialistas, por outro lado, podiam ser condenados pela promoção egoísta dos interesses de uma única classe, o proletariado, e por sua defesa potencialmente traiçoeira da solidariedade operária através das fronteiras nacionais. Os nacionalistas clamavam pela subordinação dos interesses individuais e de classe aos interesses da comunidade nacional”<sup>32</sup>.*

Assim, podemos encarar o nacionalismo de Lott e dos militares próximos a ele como sendo semelhante ao “nacionalismo conservador” originado no final do século XIX na Europa, que divergia das propostas extremadas dos liberais e socialistas, em prol da manutenção de um Estado forte e de evitar convulsões político-sociais internas.

Podemos então concluir que no caso da Frente de Novembro, o nacionalismo do general e militares próximos a ele divergia em finalidade do nacionalismo dos grupos de esquerda com os quais se relacionavam, principalmente do comunismo. Portanto, o que uniu variados grupos na Frente foi a oportunidade de defesa de um projeto nacionalista econômico e político, atrelado a reformas sociais, mas que não necessariamente tinham um objetivo final comum.

<sup>1</sup> Ver: CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. .348 p. pp.341-345.

<sup>2</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 190 p. p. 105.

<sup>3</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores e soldados do Brasil: a Frente de Novembro*. Niterói, ICHF/UFF: mimeo, 2000. p. 5

<sup>4</sup> Exposição dos ministros militares ao presidente Nereu Ramos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1955. A data original do documento: 14 nov. 1955.

<sup>5</sup> Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro: 11 de agosto de 1955. p. 01.

<sup>6</sup> *Revista Manchete*. Rio de Janeiro: 19 de novembro de 1955. s/ p.

<sup>7</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina de. Op. cit. p. 116

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 343.

<sup>9</sup> A “Frente de Novembro teve curto tempo de vida, de março de 1956 a novembro deste mesmo ano. Juscelino Kubitschek, em fins de novembro, a pôs na ilegalidade, juntamente com o Clube da Lanterna devido à crise político-militar gerada pelo comício em homenagem a Lott.

<sup>10</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina de. Op. cit. p. 116.

<sup>11</sup> LAMARÃO, Sérgio. “Frente de Novembro”. In: ABREU, Alzira. [et al.].(coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001. p. 2395.

<sup>12</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina de. Op. cit. p. 116.

<sup>13</sup> Ver: PINTO, Sérgio Murillo. “A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

<sup>14</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina de. Op. cit. p. 116.

<sup>15</sup> Idem. p. 117.

<sup>16</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 13 de novembro de 1956, p. 1. 2º caderno.

<sup>17</sup> *Revista Manchete*. 19 de novembro de 1955. “Manchete revela em primeira mão o sensacional depoimento de Lott”.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. “As forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, 2º vl., São Paulo: Difel, 1978. p. 113-114.

<sup>19</sup> As três turmas foram enviadas respectivamente nos anos de 1906, 1908 e 1910.

<sup>20</sup> CARVALHO. Op. Cit. (1978) p. 139.

<sup>21</sup> Idem. p. 157.

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. (org.). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.p. 60.

<sup>23</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. (1978). p. 159.

<sup>24</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. (1999). p. 60.

<sup>25</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op.cit. (1978). p. 154.

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. (1999). P. 60.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. (1978). p. 156.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de. (1999) Op. cit. p. 343.

<sup>29</sup> NEVES, Lucília de Almeida. “Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania”. **In: Brasil 1954-1964**. Revista Brasileira de História. ANPUH. Marco Zero. pp. 61-86. p. 67.

<sup>30</sup> É importante lembrar que a gradual radicalização destas propostas de reforma social durante a década de 1950, defendida por diversos segmentos sociais, principalmente de esquerda, foi um dos principais fatores para o desencadeamento do golpe militar de 1964.

<sup>31</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit. p. 14-15.

<sup>32</sup> STACKELBERG, Roderik. “A Alemanha de Hitler: Origens, interpretações, legados”. Rio de Janeiro: IMAGO, 2002. p. 36.